



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

**Processo nº:** 25.580/16-e

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH (atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação)

**Assunto:** Auditoria de Regularidade

**Órgão Técnico:** Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE

**MP:** Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

**Sessão:** Pauta nº 28, S.O. nº 5122, de 25.4.2019

**Publicação:** DODF nº 75, de 23.4.2019, pág. 10

**Ementa:** Auditoria realizada na então Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH, em cumprimento ao Plano Geral de Ação de 2016, com o objetivo de verificar a legalidade e a regularidade das demonstrações financeiras relativas aos seus servidores inativos e pensionistas.

Constatação de falhas. Elaboração de Relatório Prévio.

Remessa da versão preliminar à jurisdicionada para manifestação (Despacho Singular nº 62/2017-GCPM). Apresentação de esclarecimentos.

Emissão de recomendação, determinação e alerta à jurisdicionada (Decisão nº 2.707/17-CPM, reiterada pela Decisão nº 325/18-CPM).

Prorrogação de prazo para atendimento da diligência e audiência do responsável pelo descumprimento das deliberações da Corte (Decisões nºs 1.597/18-CPM e 4.015/18-CPM). Encaminhamento de documentos.

**PARECERES CONVERGENTES:** Procedência das justificativas enviadas pelo Titular da jurisdicionada relativas à Decisão nº 4.015/18-CPM. Nova determinação à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH e ao Instituto de Previdência dos Servidores do DF – IPREV.

**VOTO** de acordo com os Pareceres, com ajustes redacionais.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

### RELATÓRIO

Cuidam os autos de Auditoria realizada na então Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH, em cumprimento ao Plano Geral de Ação de 2016, com o objetivo de verificar a legalidade e a regularidade das demonstrações financeiras de seus servidores inativos e pensionistas.

2. Constatadas falhas, os achados foram condensados no Relatório nº 7/2016-DIFIPE (e-doc F9EB6DDE-e) e sua versão preliminar encaminhada à jurisdição para conhecimento e manifestação (Despacho Singular nº 62/2017-GCPM, e-doc 19AFBC92-e).

3. Ao tomar conhecimento dos trabalhos, a então Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação remeteu o Ofício SEI-GDF nº 182/2017- SEGETH/GAB (e-doc 152A32E3-c).

4. Na Sessão Ordinária realizada em 6.6.2017, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 2.707/17 (e-doc FA89A206-e), **in verbis**:

#### **DECISÃO Nº 2.707/17 (CPM)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 182/2017 – SEGETH/GAB (e-doc 152A32E3-c); II – considerar: a) cumpridas as determinações do e. Plenário nos casos de legalidade com recomendação posterior constantes do Quadro 10 do Relatório de Auditoria nº 7/2016; b) regulares os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão Administrativa TCDF nº 77/07, salvo em relação aos pagamentos dos interessados listados nos Quadros 6, 7, 8 e 9 do Relatório de Auditoria nº 7/2016, nos quais foram indicadas as diferenças passíveis de regularização, excetuando-se as diferenças relacionadas no Quadro 8; III – recomendar à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação que atualize seu Regimento Interno de acordo com a nova estrutura definida pelo Decreto nº 36.339/15, com as alterações dos Decretos nºs 37.224/16 e 37.398/16, bem como observe as normas constantes do Decreto nº 29.814/08, no que concerne às diretrizes para excelência na Gestão de Pessoas, contemplando rotinas e setores de recursos humanos necessários à boa administração, inclusive prestigiando a segregação de funções; IV – **determinar à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório***



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

***e da ampla defesa, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei nº que se refere às impropriedades de que cuidam os Quadros 6, 7 e 9 do Relatório de Auditoria nº 7/2016, explicados no Quadro do Anexo I daquele relatório, enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas, bem como inserindo no processo próprio, relativo à concessão, a mesma documentação comprobatória das correções realizadas; V – alertar a jurisdicionada para que providencie a revisão dos abonos provisórios e títulos de pensão dos processos não disponibilizados relacionados no Quadro 2 do Relatório de Auditoria nº 7/2016, o que será objeto de verificação em futura auditoria; VI – autorizar: a) novo encaminhamento de cópia do Relatório de Auditoria nº 7/2016 (e-doc F9EB6DDE-e) à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para adoção das providências devidas.***

*Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou a representante do MPJTCDF, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausente o Conselheiro MÁRCIO MICHEL.” (grifei).*

5. O **decisum** suso transcrito foi reiterado pela Decisão nº 325/18-CPM (e-doc 001A6669-e) e teve o seu prazo de cumprimento dilatado em 120 (cento e vinte) dias, conforme Decisões nºs 1.597/18-CPM e 4.015/18-CPM (e-docs 9DE74FF1-e e ABE51389-e).

6. Por meio da derradeira deliberação, a Corte também decidiu chamar em audiência o Titular da Secretaria por ter deixado de atender, sem causa justificada, às determinações exaradas.

7. Na sequência, foram juntados os seguintes expedientes:

a) Ofício SEI-GDF nº 1947/2018-SEGETH/GAB (e-doc C1190486-c), de 13.9.2018;

b) Ofício SEI-GDF nº 2057/2018-SEGETH/GAB (e-doc B869575B-c), de 27.9.2018;

c) manifestações de alguns servidores: Sr<sup>a</sup>. Ana Cunha Souza (e-doc FD52EDA9-c), Jane Santos Lemes (e-doc BA841C24-c) e Pedrita Maria Brai Le (e-doc 0A52836D-c).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

8. O Corpo Técnico, por meio da Informação constante do e-doc 0D0F81DB-e, de 28.11.2018, analisou a matéria nos termos seguintes:

*“Trata-se de Auditoria de Regularidade levada a efeito na Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH, em cumprimento ao Plano Geral de Ação de 2016, objetivando examinar os pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24185/2007; as providências adotadas em razão de concessões de aposentadoria julgadas legais com correção posterior e as ilegais; bem como as medidas adotadas em consequência das demais decisões prolatadas por esta Corte em processos de concessões de aposentadorias e pensões e melhorias posteriores.*

*2. O Tribunal determinou o encaminhamento do Relatório de Auditoria nº 07/2016 à jurisdicionada para conhecimento e manifestação, nos termos do Despacho Singular nº 62/2017 – GCPM.*

*3. A jurisdicionada manifestou-se nos termos do Ofício SEI-GDF nº 182/2017 – SEGETH/GAB (e-doc 152A32E3-c). A análise realizada concluiu pelo atendimento parcial do proposto e reiteração das medidas faltantes (Decisão nº 2707/2017).*

*4. A SEGETH solicitou prorrogação do prazo para atendimento, o que foi concedido na Decisão nº 3761/2017. Escoado o prazo, foi reiterada a diligência, alertando-se o titular da Pasta sobre a sanção a que estaria sujeito pelo descumprimento injustificado do determinado (Decisão nº 325/2018).*

*5. Por meio do Ofício SEI-GDF nº 381/2018 – SEGETH/GAB (e-doc B753D1A5-c), foi apresentado Plano de Trabalho em implementação para atender ao solicitado, bem como para pleitear nova dilação de prazo, o que foi deferido, com novo alerta sobre a possibilidade de penalização do descumprimento infundado (Decisão nº 1597/2018).*

*6. Em razão de dificuldades encontradas, houve novo pedido de ampliação do prazo, para realização dos trabalhos, conforme Ofício SEI-GDF nº 1159/2018 – SEGETH/GAB (e-doc 2D16EF4D-c).*

*7. A demanda foi atendida, sendo autorizada a oitiva do titular da Pasta para que este esclarecesse os motivos para o reiterado descumprimento das deliberações do Tribunal (Decisão nº 4015/2018).*

*8. Em resposta foram encaminhados os Ofícios SEI-GDF nº*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

1947/2018 – SEGETH/GAB, de 13/09/2018 (e-doc C1190486-c) e nº 2057/2018 – SEGETH/GAB, de 27/09/2018 (e-doc B869575B-c).

9. No primeiro expediente, o titular da Pasta faz breve síntese das ações inicialmente adotadas para cumprimento da decisão plenária. O Relatório SEI-GDF nº 5/2018 –SEGETH/DIGEP/GEAP, de 04/09/2018, que acompanha o ofício, apresenta um histórico mais detalhado.

10. No segundo, foi informado o cumprimento das determinações da Decisão nº 2707/2017, com a conclusão integral dos trabalhos, consoante medidas relatadas no Relatório SEI-GDF nº 6/2018 – SEGETH/DIGEP/GEAP, de 27/09/2018, e seus anexos, e requerida a não aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da LC Nº 1/1994.

11. As providências não atendidas foram consignadas na Decisão nº 2707/2017, in verbis:

*Decisão nº 2707/2017*

...

*IV – determinar à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei no que se refere às impropriedades de que cuidam os Quadros 6, 7 e 9 do Relatório de Auditoria nº 7/2016, explicados no Quadro do Anexo I daquele relatório, enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas, bem como inserindo no processo próprio, relativo à concessão, a mesma documentação comprobatória das correções realizadas*

12. Consoante noticiado pelo mencionado relatório, o Ofício nº 4576/2017- GP, que encaminhou a Decisão nº 2707/2017, foi registrado na Secretaria em 22/06/2017, sendo gerado o Processo SEI nº 00390-00007716/2017-20 para tratar da deliberação.

13. Foram iniciadas ações para identificar os interessados listados no relatório de auditoria, localizar os processos e estudar o referido relatório para melhor compreensão de cada caso.

14. A fim de dar “maior eficiência e celeridade aos esforços empregados a demanda”, foi elaborado Plano de Trabalho (doc. SEI/GDF 5773820), bem como constituído grupo de trabalho “com dedicação exclusiva para garantir a execução do mencionado Plano”, nos termos da Portaria nº 23, de 05/03/2018, publicada no DODF de 08/03/2018.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

15. No transcorrer da análise foi verificado que a maioria das impropriedades apontadas se refere à VPNI decorrente da incorporação de décimos da Lei nº 4.584/2011 por ex-servidores da extinta SHIS, que passaram de empregados públicos a servidores estatutários, abrangidos por várias decisões nas instâncias administrativas e judiciárias que lhes concederam vantagens dos regimes celetista e estatutário.

16. Além disso, o cálculo do valor da aludida VPNI foi afetado por alterações oriundas de manifestações do TCDF (Decisão nº 896/2017), da Procuradoria-Geral do DF (Parecer nº 861/2015-PRCON/PGDF) e da SEPLAG/DF (Nota Técnica SEIGDF nº 48/2017-AJL/SEPLAG e Circular SEI nº 11/2018).

17. Os ajustes da VPNI aos aludidos entendimentos demandaram maior tempo de estudo em cada processo e resultaram em divergências com os valores constantes dos Quadros 6, 7 e 9 do Relatório de Auditoria nº 07/2016.

18. A situação foi exposta aos subscritores do relatório, com o envio das planilhas com a memória de cálculo elaborada pela SEGETH. Na oportunidade, foram apuradas inconsistências nas fórmulas de cálculo na planilha original que compunha os Quadros 7 e 9 do relatório. As correções foram encaminhadas com a orientação de que os ajustes dos valores fossem realizados de acordo com o prescrito na Decisão TCDF nº 3577/2011.

19. Em relação ao procedimento indicado, a jurisdicionada indagou se, após a aplicação dos reajustes de 10% da Lei nº 2.933/2002 e de 1% da Lei nº 3.172/2003, os cargos da tabela de Funções Gratificadas da SHIS/IDHAB poderiam ser correlacionados com os da tabela de cargos da Lei nº 4.584/2011 e com os percentuais da Circular SEPLAG nº 04/2011 (DFs 07 a CNE 04, considerando a Decisão TCDF nº 896/2017).

20. A orientação dada foi no sentido de que a matéria deveria ser objeto de consulta ao TCDF, meio adequado a dirimir questões dessa natureza.

21. No mais, outros fatores tiveram impacto negativo no desenrolar dos trabalhos.

22. Um, a transferência das competências de concessão, manutenção e revisão dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte dos servidores para o IPREV/DF, por intermédio da Portaria nº 46/2018 – IPREV, que exigiu diversas tratativas com aquele instituto sobre os procedimentos para atender a Decisão nº 2707/2017.

23. Dois, as discussões sobre possíveis alterações nas normas da previdência do servidor público redundou em aumento significativo





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

*de demandas sobre o tema aposentadoria, tais como averbação de tempo de serviço, concessão de Abono de Permanência, conversão de Licença-Prêmio em pecúnia, entre outros, que prejudicou a condução das atividades, uma vez que a titular da Gerência de Aposentadorias e Pensões não pode atuar com dedicação exclusiva na Comissão criada para atender à multicitada decisão.*

*24. Três, a conhecida deficiência no quadro de pessoal da área de aposentadorias e pensões. Servidores remanejados para o setor necessitam de treinamento, especialmente em matérias com grau de especificidade da VPNI de incorporação de décimos.*

*25. Não obstante as dificuldades relatadas, os trabalhos continuaram de forma intensiva para atendimento da deliberação plenária.*

*26. O Relatório SEI-GDF nº 6/2018 – SEGETH/GAB e seus anexos complementam as informações relatadas no anterior, demonstrando as medidas adotadas para dar cumprimento ao determinado pela Corte.*

*27. A sistemática adotada consistiu nas seguintes atividades:*

- análise individualizada dos processos envolvidos nas impropriedades indicadas nos quadros do relatório de auditoria.*
- elaboração de novos Abonos Provisórios ou Títulos de Pensão quando necessárias correções em seu valores, sendo os antigos tornados sem efeito.*
- revisão dos valores de VPNI de décimos de acordo com a legislação de regência e decisões atuais sobre a matéria.*
- levantamento dos valores de acertos decorrentes das alterações nos proventos de aposentadoria ou benefícios de pensão por morte, respeitado o prazo quinquenal de prescrição.*
- comunicação das retificações aos aposentados e pensionistas por meio de carta registrada com aviso de recebimento – AR, para que, se fosse o caso, apresentassem recursos administrativos perante o TCDF, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme Resolução TCDF nº 130/2000.*
- juntada dos ARs às cartas de ciência e, nos casos em que eles não retornaram tempestivamente, inclusão do rastreamento eletrônico desses documentos.*
- elaboração de despacho padronizado com relato das análises/correções referentes a cada caso.*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

- remessa dos processos ao IPREV para implantação das alterações nos contracheques dos aposentados e pensionistas.

- agrupamento da documentação pertinente para encaminhamento ao TCDF.

28. Não haviam retornado 26 avisos de recebimento e tendo em vista a proximidade do vencimento do prazo concedido pela Corte, o órgão considerou necessário solicitar dilação de prazo para conclusão dos trabalhos.

29. Adicionalmente, em razão de todo o realizado, é requerida a não aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da LC nº 1/1994.

30. Nesse contexto, passa-se ao relato e exame das informações prestadas na mesma sequência dos quadros respectivos.

Correções indicadas no Quadro nº 6 (parcelas dos Abonos Provisórios)		
Mat. nº	Nome	Situação
98759X	Aleixo Anderson de Souza Furtado	ATS, incorp grat emp 16,66% e VP Res. 18/83 16,66% estão OK. O total dos décimos incorporados calculados considerou o valor de R\$ 394,77 referente a 1/10 do CNE 05. O correto é R\$ 475,50 relativo ao 1/10 do CNE 04, que é a função incorporada.
19865X	Ana Amélia Cardoso	Não houve manifestação da SEGETH.
987344	Ana Cunha Souza	OK.
988022	Antonio Afonso Guimarães	Mantido o valor anterior dos décimos da 1004/1996 (2.059,51) apurado 1.872,26 Órgão usou valores da Lei nº 2.933/2002, com vigência a contar de 05/04/2002, a inativação é de 02/04/2002.
989533	Antonio Cezar Castello Branco	OK.
989878	Antônio Gramacho Ramos	OK.
987646	Antônio Sampaio De Alencar	Correção desnecessária em face à Decisão nº 896/2017
987638	Ciro Voltaire Saldanha de Oliveira	Não corrigido em razão de ter falecido em 05/03/2018
987778	Cleide Maria da Costa Correa	OK.
987905	Clothildes Madera Dantas de Sousa	OK.
989185	Cristina Maria Ferreira Arce	OK.
988243	Divino Romualdo Duarte	OK.
988588	Edília Ferreira Miranda	OK.
987786	Ednaldo Anselmo de Sousa	OK.
987832	Edson Germano de Oliveira	VPNI Lei nº 804/94 OK. Décimos 1004/96 calculado com base na remuneração (R\$ 1.218,17) e deve ser pela retribuição (R\$ 1.209,90).
988197	Elenice Colídio Borges	OK.
988839	Elvira Pereira Miranda	OK.
988146	Genesina Silvania de Jesus	OK. obs.: Incorporado 10/10 FG 12. No abono corrigido está 10/10 FG-02. Valor correto.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

988510	Hamilton de Almeida Ramos	OK.
987697	Jaime Pereira da Silva	Não houve manifestação da SEGETH.
800554	Jane Santos Lemes	Utilizados valores da tabela da Lei nº 4.584/2011 (R\$ 2.042,37), mas a concessão é de 23/09/2010 (R\$ 1.584,72). Incorporados 8/10 DF-11 e 2/10 DF 13 e indicado 2/10 DF 11 e 6/10 DF 13 no abono.
987735	Jason Paranhos	Não corrigido em razão de ter falecido em 26/12/2017
988375	João Batista Souto	OK.
987794	José Barbosa de Araújo	OK. No abono consta 10/10 FG 12 e é 10/10 FG 10. Valor correto.
989673	José Campina Vieira	Embora conste a discriminação da parcela (10/10 FG 12), não é indicado o valor dos décimos no novo abono. O somatório das parcelas também não considera o valor dos décimos. Cálculo da parcela incorporada OK.
987948	José Jorge Lima Teixeira	Nos décimos da Lei nº 1.004/1996 usou remuneração total em vez da retribuição (R\$ 613,95) e nos da Lei nº 1.141/1996 aplicou correção de 27,72% (R\$ 151,32). Os valores corretos são, respectivamente, R\$ 612,52 e R\$ 179,34 (Tabela da Lei nº 4.584/2011).
98860X	Jucélia Souto Silva	Não consta manifestação da SEGETH.
987883	Leonídio Luiz Medeiros Filho	OK.
99071X	Luiza Correia Soares	Correção desnecessária em face à Decisão nº 896/2017.
990019	Manoel Barbosa da Silva	OK.
988006	Margarida Maria Lobo Alves da Silva	OK.
98986X	Maria Aparecida Carneiro da Costa e Silva	OK.
990914	Maria Beatriz Rivetti Guimarães	OK.
989967	Maria Cecília Siqueira Vitorino	OK.
216798	Maria Cristina Garcia Gonçalves Pereira	Não consta manifestação da SEGETH.
988081	Maria Lúcia Ribeiro Valério dos Santos	Valor do ATS de R\$ 623,04 calculado sobre o vencimento básico + Complementação salarial SHIS LEI 804/1994 proporcionais. O correto é sobre os valores integrais, o que resulta em R\$ 639,30 indicado na auditoria.
990531	Marilene Resende de Menezes	Valores dos décimos apurados na auditoria (R\$ 201,32 e R\$ 131,57) utilizaram valores anteriores à Lei nº 4.584/2011. Tendo em conta a Decisão nº 896/2017, os valores de Décimos R\$ 254,02 e R\$ 204,33 estavam corretos. A SEGETH corrigiu para R\$ 254,02 e R\$ 166,01.
988049	Marta Bastos Lacerda Santos	Não consta manifestação da SEGETH.
990248	Milton Pacheco da Silva	OK.
988359	Milton Pinheiro de Almeida	Incorporação com base na IN 03/1995 IDHAB à razão de 2/24 do DF 12 e 22/24 do DF 13. Retificado para 6/10 do DF 12 e 4/10 do DF 13 sem que conste justificativa para tanto.
267767	Nélia Medeiros Brito	Não consta manifestação da SEGETH.
987603	Nicodemos Manoel de Jesus	OK. Obs.: no Abono Provisório indica 1/10 do DFA 05, mas é DF 04.
98843X	Oriques José Moreira	Não consta manifestação da SEGETH.
988170	Paulo Cesar de Oliveira Cruz	OK.
987751	Pedrita Maria Braille Pereira	OK.
99006X	Sidnei Neri da Mata	Não consta manifestação da SEGETH. No SIGRH consta como falecido em 18/03/2011 e não constam pensionistas cadastrados.
989371	Therezinha José dos Santos	Não consta manifestação da SEGETH.
990124	Vicente de Paulo Lima	Falecido 23/03/2017
989053	Vilacy Garcia Leal	OK.
987336	Waldemar Pio Teixeira	Não consta manifestação da SEGETH. Obs.: Pensionista Loide Madera Teixeira com correção no título de pensão.
98874X	Wellington Fábio de Sousa	Correção desnecessária em face à Decisão nº 896/2017.
989835	Yara Alves Ferreira Abreu	Décimos referente a 2/10 FG 09 OK. Valor dos 8/10 GEG assistente utilizado R\$ 138,97. Correto é R\$ 126,32. Aplicado o reajuste de 10% da Lei nº 2.933/2002 indevidamente pois só previsto para DFs. e CNEs.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

Correções indicadas no Quadro nº 7 (parcelas dos Títulos de Pensão)			
Mat.	Nome	Instituidor	Situação
01807641	Antonieta Xavier Brandão	Edilberto Brandão Lucena	OK.
01824414	João Manoel Alves da Silva Seabra	Fernando Eduardo da Silva Otero Seabra	OK.
1824422	Laryssa Barbosa de Sousa	Milton Inácio de Sousa	Não atendeu. Considerou correta VPNI 4584. Valor dos 8/10 do DF 08 corretos. Valor do GEG corrigido indevidamente pela Lei nº 2.933/2002 e 3.172/2003. No novo Título de Pensão houve inversão na discriminação dos valores. A parcela pertinente ao DF 08 foi indicada como sendo da GEG e vice-versa.
1584529	Loide Madera Teixeira	Waldemar Pio Teixeira	No Título de Pensão a parcela de décimos (10/10 FG 10) está como R\$ 96,76. Correto é R\$ 104,70.
1692666	Maria de Fátima Nobre Pereira da Silva	Joaquim Pereira da Silva	Décimos 8/10 FG 10 R\$ 79,81 OK. Décimos 1/10 DF 04 (Lei nº 1.004/1996) e 1/10 DF 10 (Lei nº 1.141/1996) estão como, respectivamente, R\$ 47,56 R\$ 54,35. Corretos são, respectivamente, R\$ 53,90 e R\$ 88,32.
1119931	Maria Zenaide Vieira Siqueira	Manoel Siqueira de França	Retificação incorreta efeitos da parcela 59,87 a contar de maio de 2003 falecimento ocorreu em 30/04/2003.
1546740	Marieta de França Antunes Silva	Pedro Luiz da Silva	OK.

MAT.	NOME	INSTITUIDOR	Correções do quadro 9 (base outubro de 2018)
0098759X	Aleixo Anderson de Souza Furtado	Não se aplica	ATS calculado sobre vencimento básico proporcional. Utilizado valor do CNE 04 de R\$ 466,83 pela SEGETH. Correto R\$ 744,43. Valor atual da "VPNI L4584/11-dec" está como R\$ 2.868,85, divergindo do calculado pela SEGETH (R\$ 2.597,42). Com a retificação do valor do CNE 04 ficará R\$ 2.875,03.
00987344	Ana Cunha Souza	Não se aplica	OK.
01807641	Antonieta Xavier Brandão	Edilberto Brandão Lucena	OK.
00988022	Antonio Afonso Guimarães	Não se aplica	OK.
00989533	Antonio Cezar Castello Branco	Não se aplica	OK.
00989878	Antônio Gramacho Ramos	Não se aplica	OK.
00987646	Antônio Sampaio De Alencar	Não se aplica	OK.
00987638	Ciro Voltaire Saldanha de Oliveira	Não se aplica	Falecido em 05/03/2018. Pensionista Zali Martins de Sá Oliveira, mat. nº 16840429. VPNI 4584 incorreta no cadpvt09. 10/10 DF-14 Está 2.937,71 (remuneração total) e deve ser 2.922,70 (retribuição).
00987778	Cleide Maria da Costa Correa	Não se aplica	OK.
00987905	Clothildes Madera Dantas de Sousa	Não se aplica	OK.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

00989185	Cristina Maria Ferreira Arce	Não se aplica	OK
00988243	Divino Romualdo Duarte	Não se aplica	OK.
00988588	Edília Ferreira Miranda	Não se aplica	Décimos 2/10 DF 10 e 6/10 DF 08 OK. 2/10 GRG assist está como R\$ 34,74 e o correto R\$ 31,58. Aplicado indevidamente reajuste da Lei nº 2.933/2002 (10%) que incide somente sobre DFs e CNEs.
00987786	Ednaldo Anselmo de Sousa	Não se aplica	OK.
00987832	Edson Germano de Oliveira	Não se aplica	VPNI Lei nº 804/94 não alterada. VPNI décimos OK
00988197	Elenice Colidio Borges	Não se aplica	OK.
00988839	Elvira Pereira Miranda	Não se aplica	OK.
00988146	Genesina Silvanía de Jesus	Não se aplica	Os valores das parcelas “Proventos”, “ATS” e “VPNI L4584/11-dec” permanecem como, respectivamente, R\$ 3.161,00, R\$ 885,08 e R\$ 71,25. Não foram corrigidas para, respectivamente, R\$ 3.270,00, R\$ 915,60 e R\$ 86,94.
00988510	Hamilton de Almeida Ramos	Não se aplica	OK
00800554	Jane Santos Lemes	Não se aplica	OK
00987735	Jason Paranhos	Não se aplica	Falecido em 26/12/2017. Pensionista Maria do Carmo de Souza Paranhos, mat. nº 16828925. VPNI da Lei nº 4584/2011 (10/10 DF 08) incorreta no CADPVT09.
			Está como R\$ 1.278,01 (remuneração total) e deve ser R\$ 1.268,85 (retribuição).
00988375	João Batista Souto	Não se aplica	OK.
00989479	Joaquim Macedo Santos	Não se aplica	OK
00987794	José Barbosa de Araújo	Não se aplica	OK.
00989673	José Campina Vieira	Não se aplica	OK.
00987948	José Jorge Lima Teixeira	Não se aplica	Décimos: 2/10 DF 12 (Lei nº 1.004/1996) OK. 2/10 do DF 05 (Lei nº 1.004/1996) e 1/10 DF 12 (Lei nº 1.141/1996) estão como, respectivamente, R\$ 168,12 e R\$ 151,32. Corretos são, respectivamente, R\$ 186,72 e R\$ 179,34.
00988596	José Maria Pelúcio Pereira	Não se aplica	OK
00987883	Leonídio Luiz Medeiros Filho	Não se aplica	Décimos pela Lei nº 1.004/1996 relativos a 2/10 do DF 04 calculados sobre a remuneração (R\$ 148,47). Correto é sobre a retribuição (R\$ 147,20).
01584529	Loide Madera Teixeira	Waldemar Pio Teixeira	Na apuração inicial do benefício (CADPVT09) a parcela de décimos pertinente a 10/10 FG 10 está como R\$ 96,76. Correto é R\$ 104,70.
0099071X	Luiza Correia Soares	Não se aplica	OK
00990019	Manoel Barbosa da Silva	Não se aplica	OK





# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

00988006	Margarida Maria Lobo Alves da Silva	Não se aplica	OK
0098986X	Maria Aparecida Carneiro da Costa e Silva	Não se aplica	OK
00990914	Maria Beatriz Rivetti Guimarães	Não se aplica	OK
00989967	Maria Cecília Siqueira Vitorino	Não se aplica	Décimos: 1/10 DF 11 (Lei nº 1.004/1996) OK. 1/10 DF 11 (Lei nº 1.141/1996) está como R\$ 135,08. Correto é R\$ 154,37.
01692666	Maria de Fátima Nobre Pereira da Silva	Joaquim Pereira da Silva	Recebe R\$ 9.452,77. Correto é R\$ 9.504,76.
00988081	Maria Lúcia Ribeiro Valério dos Santos	Não se aplica	Décimos: 4/10 DF 10 (Lei nº 1.004/1996) OK. 1/10 DF 08 (Lei nº 1.141/1996) está como R\$ 99,04. Correto é R\$ 102,24.
01119931	Maria Zenaide Vieira Siqueira	Manoel Siqueira de França	Parcelas “Pensão vitalícia” e “VPNI Lei nº 804/94” permanecem, respectivamente, com os valores de R\$ 3.270,00 e R\$ 2.763,69. Não foram corrigidas para, respectivamente, R\$ 2.148,86 e R\$ 1.990,62.
01546740	Marieta de França Antunes Silva	Pedro Luiz da Silva	OK.
00990531	Marilene Resende de Menezes	Não se aplica	Décimos: 1/10 DF 13 (Lei nº 1.004/1996) OK. 1/10 DF 13 (Lei nº 1.141/1996) está como R\$ 166,01. Correto é R\$ 204,33.
00990248	Milton Pacheco da Silva	Não se aplica	OK
00988359	Milton Pinheiro de Almeida	Não se aplica	OK
00988707	Neil Dias Abrahão	Não se aplica	OK
00987603	Nicodemos Manoel de Jesus	Não se aplica	OK.
00988170	Paulo Cesar de Oliveira Cruz	Não se aplica	OK
00987751	Pedrita Maria Braille Pereira	Não se aplica	OK
00989215	Shirley do Carmo Costa	Não se aplica	Não consta manifestação da SEGETH. No SIGHR permanece o valor questionado VPNI Lei nº 804/1994 (R\$ 4.564,94)
00989827	Vanderli José Carneiro	Não se aplica	Décimos: 1/10 DF 08 (Lei nº 1.004/1996) OK. 1/10 DF 08 (Lei nº 1.141/1996) está como R\$ 99,04. Correto é R\$ 102,24.
00990124	Vicente de Paulo Lima	Não se aplica	Falecido em 23/03/2017. Pensionista Vitória Dias de Oliveira Lima, mat. nº 1679790-6. No cálculo do montante inicial do benefício (CADPVT09) foi mantido o valor questionado no Título de Pensão (R\$ 53,88), referente a 6/10 FG 10. O correto é R\$ 59,86.
00989053	Vilacy Garcia Leal	Não se aplica	OK.
0098874X	Wellington Fábio de Sousa	Não se aplica	OK
00989835	Yara Alves Ferreira Abreu	Não se aplica	Décimos referente a 2/10 FG 09 OK. Valor dos 8/10 GEG assistente utilizado R\$ 138,97. Correto é R\$ 126,32. Aplicado o reajuste de 10% da Lei nº 2.933/2002 indevidamente pois só previsto para DFs. e CNEs.

Obs.: Os valores da tabela original se referem a julho de 2016, mas as retificações e as respectivas verificações consideram os valores atualizados até a presente data. Os décimos incorporados também foram ajustados ao entendimento da Decisão nº 896/2017.

31. A par das notícias sobre o que foi feito, ao presente feito foram



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

*juntados requerimentos de servidores aposentados da SEGETH em que apresentam seus inconformismos em conformidade com a orientação da secretaria nas correspondência a elas enviada.*

32. As servidoras ANA CUNHA SOUZA, mat. nº 98734-4 (e-doc FD52EDA9- c), JANE SANTOS LEMES, mat. nº 80055-4 (e-doc BA841C24-c) e PEDRITA MARIA BRAILE, mat. nº 98775-1 (e-doc 0A52836D-c) apresentam suas razões de defesa quanto às providências a eles pertinentes. MARIA ZENAIDE VIEIRA SIQUEIRA, mat. nº 111993-1 (e-doc CDBF4D86-c), solicita dilação de prazo por 30 (trinta) dias para ter acesso ao processo administrativo e exercer o contraditório e ampla defesa perante a Corte.

33. A jurisdicionada optou por orientar seus servidores a exercerem seu direito à ampla defesa e ao contraditório diretamente junto ao TCDF.

34. Com efeito, mediante o Despacho Singular nº 62/2017 – GCPM (e-doc 19AFBC92-e), cópia do relatório de auditoria foi encaminhada à jurisdicionada para que ela tivesse conhecimento e se manifestasse a respeito dos achados, dos critérios, das evidências, das causas e dos efeitos dos trabalhos de auditoria, fazendo constar, em caso de discordância, seus argumentos e eventual documentação comprobatória.

35. A resposta da SEGETH consta do Ofício nº SEI-GDF nº 182/2017 SEGETH/GAB (e-doc 152A32E3-c), onde se informa que as providências para a correção das impropriedades estavam em andamento, indicando a aquiescência do órgão ao proposto.

36. Nesse contexto, o Tribunal, na Decisão nº 2707/2017, deliberou nos seguintes termos:

*IV – determinar à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei no que se refere às impropriedades de que cuidam os Quadros 6, 7 e 9 do Relatório de Auditoria nº 7/2016, explicados no Quadro do Anexo I daquele relatório, enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas, bem como inserindo no processo próprio, relativo à concessão, a mesma documentação comprobatória das correções realizadas; (grifou-se)*

37. Portanto, caberia à Secretaria adotar as medidas saneadoras, efetuando as correções, algumas inclusive com valores divergentes do sugerido pela equipe de auditoria e, se for o caso, conhecer das razões apresentadas e examinar os argumentos dos envolvidos,



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

*manifestando-se quanto a sua procedência ou não e procedendo a eventuais ajustes caso necessário. Somente após cumpridos esses procedimentos, dar ciência à Corte do realizado para que ela se manifeste sobre a regularidade das medidas.*

*38. Em que pese essas considerações, o Tribunal não se omitirá de posicionar-se na hipótese de eventuais manifestações de servidores na defesa de interesse próprio.*

*39. Cabe registrar que foram regularizadas as situações das três interessadas indicadas no § 32 retro. Sendo assim, consideramos desnecessárias maiores discussões a respeito. Quanto à Sra. MARIA ZENAIDE VIEIRA SIQUEIRA, mat. nº 111993-1, resta comunicar o fato à SEGETH para que ocorra no âmbito daquela jurisdicionada o processo regular da ampla defesa.*

*40. Dessas conclusões deve ser dada ciência às servidoras que apresentaram as aludidas defesas e a que solicitou dilação de prazo.*

*41. Cabe ressaltar ainda quanto às defesas apresentadas, que, em relação ao ressarcimento de valores recebidos a maior, há o entendimento constante do Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, in verbis:*

*Nos casos de valores pagos a maior, se a impugnação nada disser sobre o seu ressarcimento, a causa da ilegalidade deverá ser avaliada pela Administração, dispensando-se a restituição do indébito na hipótese de falha na interpretação da norma legal de regência, salvo se houver erro crasso de procedimento.*

*42. Nos casos em que foram apurados valores a menor recebidos pelos servidores, a título de VPNI da Lei nº 4.584/2011, a jurisdicionada informa que aguardava pronunciamento do Tribunal sobre o eventual pagamentos de valores retroativos.*

*43. Por oportuno, cumpre destacar que o Processo nº 2155/2018, tratando de “Representação oferecida por cidadão acerca de possível irregularidade na gestão de recursos humanos da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH/GDF, consistente na negativa de pagamento de parcelas retroativas da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável – VPNI de que trata a Lei Distrital nº 4.584/11” foi lavrada a Decisão nº 5061/2018, com manifestação da Corte, nos termos seguintes:*

*III – esclarecer aos representantes que o marco temporal para o início dos efeitos financeiros eventualmente decorrentes da Decisão n.º 896/2017 (e-DOC 003AE5DA-e – peça 15 do Processo n.º 1638/2016-e) encontra-se expressamente*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

*definido no art. 9º da Lei Distrital n.º 4.584/2011, qual seja, 1º de julho de 2011;*

*IV – observar, todavia, que o instituto jurídico da prescrição quinquenal somente começa a operar efeitos a contar do referido decisum, momento em que os servidores passaram a possuir o direito subjetivo de requerer o pagamento retroativo da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável - VPNI de que trata a Lei n.º 4.584/2011;*

*V – dar ciência desta decisão ao servidor aposentado Antônio Roberto Borges Freire, signatário da representação inicial (e-DOC 5E7663DD-c), à Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB/GDF (e-DOC 31695C39-c), à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/GDF (e-DOC 8EEE278C-e), à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal – SEGETH/GDF, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG/GDF, bem como a todos os demais órgãos e entidades que integram o complexo administrativo do Distrito Federal, a fim de garantir o fiel cumprimento da deliberação constante do inciso anterior;*

*44. Esse último entendimento será encaminhado à SEGETH conforme consta da própria decisão.”*

9. Antes que a peça instrutória fosse examinada pelo Tribunal, a Unidade Técnica solicitou a restituição dos autos em virtude do ingresso de documento relacionado à matéria **sub examine**<sup>1</sup> e, após analisá-lo, produziu a Informação nº 1/2019-DIFIPE (e-doc 81F24258-e), de 16.1.2019, assim redigida:

*“3. Trata-se de defesa apresentada por representante legal da pensionista MARIA ZENAIDE VIEIRA SIQUEIRA, mat. nº 111993-1 (eDoc DCC87408-c), por terem sido detectadas, no curso da fiscalização, irregularidades no pagamento do benefício pensional consistentes em: “Parcelas ‘Pensão vitalícia’ e ‘VPNI Lei nº 804/94’ permanecem, respectivamente, com os valores de R\$ 3.270,00 e R\$ 2.763,69. Não foram corrigidas para, respectivamente, R\$ 2.148,86 e R\$ 1.990,62”.*

*4. A peça de defesa consigna, em síntese, as seguintes argumentações: (i) houve cerceamento de defesa, materializado em ofensa aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa; (ii) o direito de a Administração rever seus atos*

<sup>1</sup> Defesa apresentada pelo representante legal da pensionista Maria Zenaide Vieira Siqueira, mat. nº 111993-1 (e-doc DCC87408-c).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

*restou obstado pela decadência e pela segurança jurídica; (iii) deve ser observado o princípio do direito adquirido, por força da estabilidade das relações jurídicas; (iv) o recebimento dos valores ocorreu de boa-fé, de modo que não há falar-se em ressarcimento ao erário.*

5. Ao final, requer: “que o valor da *Pensão Vitalícia*, recebido pela Sra. MARIA ZENAIDE VIEIRA SIQUEIRA, permaneça sem qualquer alteração; que seja reconhecida a legalidade do recebimento dos valores relativos a pensão vitalícia, e que qualquer desconto remuneratório a título de ressarcimento dessa verba, seja declarado nulo; que seja determinado o arquivamento dos autos, visto que findou-se o prazo decadencial para revisão dos atos administrativos”.

6. Quanto às razões apresentadas, preliminarmente deve-se trazer à baila a sugestão apresentada no item V do Relatório de Auditoria 7/2016, referendado pela Decisão 2707/2017:

*V) determinar a SEGETH/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no que se refere às impropriedades de que cuidam os Quadros 6, 7 e 9, explicados no Quadro do Anexo I (fls. 52 a 75), enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas, bem assim inserindo no processo próprio, relativo à concessão, a mesma documentação comprobatória das correções realizadas;*

7. Como se nota, a posição do Tribunal, no que se refere à adoção de medidas saneadoras, é de que não se pode prescindir do devido processo legal e seus subprincípios (contraditório e ampla defesa). Aliás, ao que tudo indica, a Administração não se descurou da observância a tais orientações principiológicas, considerando que a própria defendente informa ter sido notificada para manifestarse quanto às incorreções em seus estipêndios.

8. Quanto à aparente afronta à segurança jurídica, amparada na incidência do prazo decadencial, temo-la por não ocorrente na espécie. Com efeito, o ato concessório do benefício pensional de que se trata foi considerado legal pela Decisão 6494/2011, em Sessão Ordinária de 8.12.2011 (Processo 33.345/2009), extraíndo-se de seu texto o seguinte alerta:

*II) dar ciência à jurisdicionada de que a regularidade das parcelas constantes do título de pensão será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07.*

9. De sua vez, a irregularidade nos estipêndios da pensionista foi



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

*detectada no Relatório de Auditoria 7/2016, datado de 28.10.2016 (eDoc F9EB6DDE-e), antes portanto da fluência do referido prazo quinquenal. Adite-se que se trata in casu de cumprimento de deliberação plenária específica, conforme acima indicado<sup>1</sup>.*

*10. Diante dessas considerações, aliás, forçoso concluir que não encontra respaldo a proteção do direito adquirido também invocada pela defendente.*

*11. Quanto à dispensa de restituição do indébito, pelo fato de a pensionista ter recebido os valores de boa-fé, a Instrução anterior já se posicionou sobre situação análoga, nos seguintes termos:*

*41. Cabe ressaltar ainda quanto às defesas apresentadas, que, em relação ao ressarcimento de valores recebidos a maior, há o entendimento constante do Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, in verbis: Nos casos de valores pagos a maior, se a impugnação nada disser sobre o seu ressarcimento, a causa da ilegalidade deverá ser avaliada pela Administração, dispensando-se a restituição do indébito na hipótese de falha na interpretação da norma legal de regência, salvo se houver erro crasso de procedimento.*

*12. Frisa-se, quanto ao ponto, que em consulta ao SIGRH não se identificou qualquer ressarcimento por parte da pensionista. Isso indica já ter sido avaliada a questão pela Administração, tendo em conta que, no tocante aos valores do benefício, a correção indicada nestes autos foi levada a efeito a contar do mês de novembro/2018 (antes, portanto, da protocolização da defesa no Tribunal, que ocorreu em 4.12.18).*

*13. Diante do todo exposto, temos por não procedente a defesa subscrita pelo representante legal da pensionista Maria Zenaide Vieira Siqueira, conclusão que deve ser dada a conhecer aos interessados.*

*14. Por derradeiro, entendemos pertinente reproduzir os termos das sugestões apresentadas na instrução anterior (eDoc 0D0F81DB-e), com os ajustes redacionais relacionados às conclusões ora externadas.”*

10. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

*“I) tome conhecimento dos Ofícios SEI-GDF nº 1947/2018 – SEGETH/ GAB (e-doc C1190486-c) e nº 2057/2018 – SEGETH/GAB e seus anexos, bem como das informações e defesas relatadas nesta instrução e na peça 58;*

---

<sup>1</sup> v. item II.a da Decisão 3263/2018.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

II) *delibere pela não aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da LC nº 1/1994, haja vista a apresentação de justificativas razoáveis para a demora no atendimento das determinações da Corte;*

III) *considere parcialmente cumprida a Decisão nº 2707/2017;*

IV) *dispense o cumprimento das retificações indicadas nos Abonos Provisórios de Ciro Voltaire Saldanha de Oliveira, mat. nº 98763-8, Jason Paranhos, mat. nº 98773-5, Sidnei Neri da Mata, mat. nº 99006- X, Vicente de Paulo Lima, mat. nº 99012-4, e Waldemar Pio Teixeira, mat. nº 98733-6, tendo em conta o passamento desses servidores;*

V) *oriente a SEGETH que os eventuais inconformismos e as respectivas razões de defesa em relação às medidas corretivas indicadas, apresentados pelos servidores/pensionistas, no exercício do direito ao contraditório e a ampla defesa, podem ser examinados e, se for o caso, levados em consideração, pelos setores responsáveis na implementação das providências saneadoras, cabendo ao Tribunal o posicionamento conclusivo sobre o que for efetivamente feito após essas manifestações;*

VI) *determine que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a Secretaria de Gestão de Território e Habitação, conjuntamente com o Instituto de Previdência dos Servidores do DF – IPREV, quando for necessário, adotem as seguintes providências:*

a) *esclareça se foram efetuadas as retificações anteriormente indicadas no Quadro 6 do Relatório de Auditoria, reiteradas no quadro abaixo, para os seguintes interessados, juntando a documentação comprobatória dos ajustes feitos nos processos respectivos e enviando cópia ao Tribunal para verificação ou, se for o caso, apresentar as justificativas para a não regularização indicada:*

Correções indicadas em parcelas dos Abonos Provisórios				
Mat. nº	Nome	Rubrica	Valor encontrado	Valor correto
19865X	Ana Amélia Cardoso	GDO Lei 3824/2006	952,50	1.269,98
987697	Jaime Pereira da Silva	Proventos Lei nº 580/94	350,87	367,64
		Complemento Sal. Lei nº 804/94	1.644,78	1.724,38
		ATS	715,99	690,37
		GDAT Lei 2775/2001	806,54	845,57
		Incorp. Grat. Emp. 16,66%	361,46	348,53
		VP-Res 18/83 16,66%	361,46	348,53
98860X	Jucélia Souto Silva	Proventos Lei nº 580/94	364,00	367,64
		Complemento Sal. Lei nº 804/94	1.609,17	1.625,26
		ATS	532,75	538,08
		GDAT Lei 2775/2001	764,40	772,04
		Incorp. Grat. Emp. 16,66%	328,73	332,02
216798	Maria Cristina Garcia Gonçalves Pereira	VP-Res 18/83 16,66%	328,73	332,02
988049	Marta Bastos Lacerda Santos	VPNI Lei nº 4584/11-DEC	638,52	471,80
267767	Nélia Medeiros Brito	ATS	635,41	653,41
		Proventos	76,92	48,72
98843X	Oriques José Moreira	Complemento Sal. Lei nº 804/94	309,40	312,49
		ATS	1.161,54	1.173,16
		GDAT Lei 2775/2001	411,96	415,98
		Incorp. Grat. Emp. 16,66%	649,74	656,24
		VP-Res 18/83 16,66%	245,05	247,51
		PI - LEI 3172/2003	245,05	247,51
		VPNI Lei nº 804/94	0,00	59,87
989371	Therezinha José dos Santos	VPNI Lei nº 804/94	3.280,58	4.504,82

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

*b) retifique, observando quando for o caso os postulados do contraditório e da ampla defesa, as seguintes impropriedades encontradas nos procedimentos adotados para ajustar as parcelas dos Abonos Provisórios/Títulos de Pensão, consoante indicado nos quadros seguintes:*

Correções em parcelas dos Abonos Provisórios		
Mat. nº	Nome	Providências
98759X	Aleixo Anderson de Souza Furtado	Corrigir o valor da parcela “Décimos 1004/96” para R\$ 2.153,47
988022	Antonio Afonso Guimarães	Corrigir o valor da parcela “Décimos 1004/96” no abono provisório para R\$ 1.872,26.
987832	Edson Germano de Oliveira	Corrigir o valor da parcela “Décimos 1004/96” no abono provisório para R\$ 1.209,90.
800554	Jane Santos Lemes	Corrigir o valor da parcela “Décimos 1004/96” no abono provisório para R\$ 1.584,72, bem como a discriminação da parcelas para 8/10 DF 11 e 2/10 DF 13.
989673	José Campina Vieira	Fazer constar no Abono Provisório o valor da parcela “Décimos 1004/96” referente a 10/10 FG 12 (R\$ 71,25), atentando para os reflexos no total dos proventos.
987948	José Jorge Lima Teixeira	Corrigir os valores dos décimos incorporados pela Lei nº 1.004/1996 para R\$ 612,52 e pela lei nº 1.141/1996 para R\$ 179,34.
988081	Maria Lúcia Ribeiro Valério dos Santos	Corrigir o valor da parcela de ATS para R\$ 639,30.
990531	Marilene Resende de Menezes	Corrigir o valor da parcela “Décimos - Lei 1.141/1996” no abono provisório para R\$ 204,33.
988359	Milton Pinheiro de Almeida	Justificar a mudança na incorporação dos décimos com base na IN 03/1995 IDHAB para a sistemática prevista na Lei nº 1.004/1996.
989835	Yara Alves Ferreira Abreu	Retificar o valor dos décimos referente aos 8/10 do GEG Assistente para R\$ 126,32.

Correções em parcelas dos Títulos de Pensão			
Mat.	Nome	Instituidor	Providências
1824422	Laryssa Barbosa de Sousa	Milton Inácio de Sousa	Corrigir o valor dos décimos do GEG para R\$ 31,58.
1584529	Loide Madera	Waldemar Pio	Retificar na apuração do valor inicial da
	Teixeira	Teixeira	pensão (CADPVT09) o valor décimos incorporados para R\$ 104,70.
1692666	Maria de Fátima Nobre Pereira da Silva	Joaquim Pereira da Silva	Corrigir o valor dos décimos incorporados referente a 1/10 DF 04 pela Lei nº 1.004/1996 para R\$ 53,90 e o 1/10 do DF 10 para R\$ 88,32.
1119931	Maria Zenaide Vieira Siqueira	Manoel Siqueira de França	Desconsiderar o novo Título de Pensão elaborado em 13/05/2018.

*c) retifique atentando quando for o caso para os postulados do contraditório e da ampla defesa, as seguintes impropriedades encontradas nos procedimentos adotados para ajustar as parcelas atuais dos proventos/estipêndios pensionais, referenciados no Quadro 9 do Relatório de Auditoria, consoante indicado no quadro seguinte:*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

MAT.	NOME	INSTITUIDOR	Providências (Base outubro de 2018)
98759X	Aleixo Anderson de Souza Furtado	Não se aplica	Corrigir o valor do ATS para calculá-lo sobre o vencimento básico integral e a parcela de “VPNI 14584/11-dec” considerando para o CNE 04 o valor de R\$ 744,43, o que resulta no total da vantagem de R\$ 2.875,03.
987638	Ciro Voltaire Saldanha de Oliveira	Não se aplica	Retificar a apuração do valor inicial do benefício da pensionista Zali Martins de Sá Oliveira, mat. nº 16840429, para considerar o valor da VPNI da Lei nº 4.584/2011 como R\$ 2.922,70, atentando para os reflexos no valor do benefício.
988588	Edília Ferreira Miranda	Não se aplica	Corrigir o valor dos décimos relativo a 2/10 GRG Assistente para R\$ 31,58.
987832	Edson Germano de Oliveira	Não se aplica	Alterar o valor da parcela “VPNI Lei nº 804/94 para R\$ 7.459,43.
988146	Genesina Silvanía de Jesus	Não se aplica	Corrigir o valor das parcelas “Proventos” para R\$ 3.270,00; “ATS” para R\$ 915,60; e “VPNI Lei nº 4587/11-dec” para R\$ 86,94.
987735	Jason Paranhos	Não se aplica	Retificar na apuração do valor inicial do benefício (CADPVT09) da pensionista Maria do Carmo de Souza Paranhos, mat. nº 16828925, o valor da parcela relativa à VPNI da Lei nº 4584/2011 para R\$ 1.268,85.
987948	José Jorge Lima Teixeira	Não se aplica	Corrigir o valor dos décimos referentes a 2/10 do DF 05 (Lei nº 1.004/1996) para R\$ 186,72 e a 1/10 DF 12 (Lei nº 1.141/1996) para R\$ 179,34.
987883	Leonidio Luiz Medeiros Filho	Não se aplica	Corrigir o valor dos décimos relativos a 2/10 do DF 04 para R\$ 147,20.
1584529	Loide Madera Teixeira	Waldemar Pio Teixeira	Retificar na apuração do valor inicial do benefício (CADPVT09) o valor da parcela referente a décimos incorporados para R\$ 104,70.
989967	Maria Cecília Siqueira Vitorino	Não se aplica	Corrigir o valor da parcela de décimos relativa a 1/10 DF 11 (Lei nº 1.141/1996) para R\$ 154,37.
1692666	Maria de Fátima Nobre Pereira da Silva	Joaquim Pereira da Silva	Retificar o valor atual do benefício para R\$ 9.504,76.
988081	Maria Lúcia Ribeiro Valério dos Santos	Não se aplica	Corrigir o valor dos décimos relativos a 1/10 DF 08 (Lei nº 1.141/1996) para R\$ 102,24.
990531	Marilene Resende de Menezes	Não se aplica	Corrigir a parcela de décimos relativa a 1/10 DF 13 (Lei nº 1.141/1996) para R\$ 204,33.
989215	Shirley do Carmo Costa	Não se aplica	Retificar o valor da VPNI da Lei nº 804/1994 para R\$ 4.564,94.
989827	Vanderli José Carneiro	Não se aplica	Corrigir o valor da parcela incorporada de 1/10 DF 08 pela Lei nº 1.141/1996 para R\$ 102,24.
990124	Vicente de Paulo Lima	Não se aplica	Retificar no cálculo do montante inicial do benefício (CADPVT09) da pensionista Vitória Dias de Oliveira Lima, mat. nº 1679790-6, o valor pertinente ao décimos relativos a 6/10 FG 10 para R\$ 59,86.
989835	Yara Alves Ferreira Abreu	Não se aplica	Corrigir o valor dos décimos referentes a 8/10 GRG Assistente para R\$ 126,32.

VII) autorize a remessa de cópia da peça 58, bem como da presente informação:

a) à Secretaria de Gestão de Território e Habitação do DF e ao Instituto de Previdência dos Servidores do DF para conhecimento e subsídio ao atendimento das medidas determinadas;

b) às servidoras Ana Cunha Souza, mat. nº 98734-4, Jane Santos Lemes, mat. nº 80055-4, Maria Zenaide Vieira Siqueira, mat. nº 111993-1, e Pedrita Maria Braille, mat. nº





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

*98775-1, e/ou seus representantes legais, tendo em conta o posicionamento pela improcedência de seus pleitos, lançado nas referidas instruções processuais; e*

*c) o retorno dos autos à SEFIPE, para as providências subsequentes.”*

### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

11. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 188/2019-G3P (e-doc 142162BA-e), de 27.3.2019, da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, aquiesce à proposta da Unidade Instrutiva. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

*“19. Desta feita, verifica-se que também se mostram corretas as sugestões apresentadas pela Instrução na Peça 58, ora reafirmadas, com ajustes, na Peça 63. Assim, no entender Ministerial, o e. Tribunal poderá, de fato:*

*I) tomar conhecimento da documentação, informações e defesas acostadas;*

*20. Verifica-se que o ajuste redacional de uma peça para outra objetivou a inserção de dados alusivos às informações e defesas acrescentadas aos autos.*

*II) deliberar pela não aplicação de penalidade ao Titular da Pasta;*

*21. Pelo que se extrai dos esclarecimentos apresentados, o Titular da Pasta não ficou inerte. Ao revés, verifica-se que a Jurisdicionada, sob o seu comando, vinha envidando contínuos esforços para a solução dos impasses, dirimindo dúvidas e efetuando correções, com a devida ciência aos interessados com vistas ao contraditório e à ampla defesa.*

*III) ter por parcialmente atendida a Decisão;*

*22. Observa-se que, a despeito das soluções apresentadas, ainda restam pendências a serem esclarecidas e/ou sanadas.*

*IV) dispensar correções de abonos provisórios de servidores já falecidos;*

*23. Tendo em vista tais passamentos, as correções de abonos tornaram-se “falhas formais”, sem efeitos práticos e/ou financeiros.*

*V) orientar a SEGETH para a apreciação de eventuais defesas de*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

interessados;

24. A diretriz segue a própria linha perfilhada no item IV da Decisão nº 2.707/2017. Ademais, não subtrai do Tribunal o poder/dever de ulterior apreciação do caso concreto, decorrente de roteiro de auditoria e/ou de provocação.

VI) determinar à SEGETH, c/c IPREV/, a adoção das medidas remanescentes;

25. As medidas remanescentes, referem-se aos aposentados/pensionistas arrolados nas alíneas “a” a “c” dos Quadros Detalhados ali dispostos. O quadro destacado na Peça 63 (alíneas “a” a “c”) não diverge daquele inserido na Peça 58 (alíneas “b” a “d”), porquanto restou mitigada a medida que então havia sido retratada anteriormente indicada na alínea “a” da Peça 58 (informação acerca de possível defesa de servidora que solicitou prorrogação de prazo, posto que a Defesa ali suscitada restou juntada e motivou a reinstrução do feito).

26. A Peça 58 havia tratado das Defesas de três interessadas elencadas no parágrafo 32 da Instrução (Ana Cunha Souza, Jane Santos Lemes e Pedrita Maria Braille), não olvidando o registro de que as falhas correspondentes já restaram saneadas.

27. A servidora/aposentada Ana Cunha Souza havia manifestado inconformismo com o montante apurado, para fins de restituição ao erário, em atendimento à Decisão nº 2.707/2017 do TCDF, citando jurisprudência acerca a dispensa de ressarcimento, bem como em relação à prescrição quinquenal do art. 54 da Lei nº 9.784/99 e ao direito ao contraditório e à ampla defesa e ao regular processo administrativo, para efeito de redução de parcela.

28. Na Peça 50, a servidora/aposentada Jane Santos Lemes, então representada, em síntese, havia manifestado inconformismo com a necessidade de restituição ao erário, a título de quintos/décimos, em atendimento à Decisão nº 2.707/2017 do TCDF, com esboço na boa fé, em erro da Administração, em falha de interpretação de lei, pugnando pela dispensa do ressarcimento e pela necessidade de prévia notificação da correção.

29. Na Peça 55, a servidora/aposentada Pedrita Maria Braille, em síntese, a despeito de concordar com a correção da parcela, havia manifestado inconformismo com a necessidade de restituição ao erário, a título de VPNI decorrente de quintos/décimos, em atendimento à Decisão nº 2.707/2017 do TCDF, com esboço na boa fé, em erro da Administração, em razão da glosa que vem sofrendo nos pagamentos, devido ao teto constitucional aplicável.

30. Extrai-se que, a rigor, em nenhuma das três Defesas apresentadas houve contestação do valor a ser corrigido. Ou seja,



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

*não houve a efetiva comprovação de que os valores que vinham sendo pagos estariam corretos. Ademais, as alegações de boa-fé, de erro da Administração, de interpretação de norma, ou a decadência administrativa, consoante amplamente debatido no âmbito da Corte de Contas, não tem o condão de garantir a manutenção dos pagamentos indevidos, não olvidando que, pela Decisão nº 2.707/2017, o Tribunal não tratou da devolução de valores pagos a maior. Assim, como bem destacou a Instrução, tal fator deverá ficar a cargo da avaliação da Administração, em cada situação, tendo como parâmetro o disposto no Enunciado nº 79/TCDF, levando em conta, inclusive, o fato de que se trata de erro de interpretação de norma ou erro crasso de procedimento. Portanto, as Defesas em tela não merecem prosperar.*

*31. Na última Defesa juntada, Peça 62, que motivou a reinstrução, a pensionista Maria Zenaide Vieira Siqueira, então representada, em síntese, alega que o Tribunal determinou o ajuste em sua pensão, **“bem como a restituição dos valores pagos a mais”** (destaque consta do original), visto que estariam incorretos. Registrou excerto do Relatório, no sentido de que a principal incorreção no pagamento da pensão decorreria de valores pagos de forma integral, em vez de proporcional a 23/35 avos (a que fazia jus o instituidor). Discorre acerca dos institutos do contraditório, da ampla defesa, alegando que não foram respeitados, visto que já foi cientificada do ajuste, e que não houve a análise do caso individual, e sim de forma geral na Auditoria, além de pugnar pela decadência, pelo direito de manutenção do valor a que fazia jus o ex-servidor, além da boa-fé, e de que não deve ressarcir.*

*32. Sob esse aspecto, mostram-se também corretas as ponderações da SEFIPE no sentido de que a pensão, tratada nos autos do Processo nº 33.345/2009, foi considerado legal em dezembro/2011, com a ressalva e ciência à Jurisdicionada de que “a regularidade das parcelas” do benefício seria verificada posteriormente, nos termos do item I da Decisão nº 77/2007, o que se consolidou com Relatório Final de Auditoria, então enviado à Secretaria, para correção das falhas. Portanto, sequer houve o decurso do prazo quinquenal alegado. Por seu turno, a interessada restou regularmente notificada da falha, tendo, inclusive, manejado a presente defesa, e, tampouco, apresentou comprovação de que o instituidor faria jus ao cálculo da aposentadoria (que originou a pensão) de forma integral.*

*33. Acrescente-se, ainda, o fato de que o Processo nº 1.554/2001, de aposentadoria do instituidor, encontrava-se apensado ao de pensão, com o registro de inativação facultativa, por implemento de idade, com proventos proporcionais, considerada legal pela Decisão nº 673/2009. As demais alegações acerca do ressarcimento devem seguir a diretriz realçada no parágrafo 30, supra, não merecendo prosperar a Defesa.*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

*34. Respeitante às demais correções suscitadas nos Quadros Detalhados apresentados nas alíneas “a” a “c” do item VI das sugestões, pelo que se depreende, mostramse plausíveis, visto que foram precedidas do envio de “orientações” e “planilhas de cálculos”, consoante informações já encaminhadas à Jurisdicionada, consoante indicado no Ofício nº 1947/2018 (edoc C1190486-c, Peça 52, Página 19), aliado ao registro de que “26 avisos de recebimento” de correspondências, de ciência aos interessados, não ainda haviam retornado.*

*35. Pelo exposto, opina este **Parquet** pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela SEFIPE.”*

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

### VOTO

12. Nesta fase, examina-se o cumprimento das seguintes deliberações:

a) **Decisão nº 2.707/17-CPM<sup>2</sup>**, que determinou a então Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH, que adotasse as **providências necessárias para sanar as impropriedades registradas nos Quadros 6, 7 e 9 do Relatório de Auditoria nº 7/2016<sup>3</sup>**;

b) **Decisão nº 4.015/18-CPM** (e-doc ABE51389-e), que autorizou a **audiência do Sr. Secretário de Estado**, em virtude do suposto descumprimento das diligências exaradas pela Corte (Decisões nºs 3.761/17-CPM, 325/18-CPM e 1.597/18- CPM).

13. O Corpo Técnico, com aquiescência do **Parquet** especializado, sugere que o Tribunal considere a Decisão nº 2.707/17-CPM parcialmente atendida, procedentes as justificativas apresentadas pelo Sr. Secretário e emita nova determinação à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH e ao Instituto de Previdência dos Servidores do DF – IPREV.

14. Passa-se à apreciação da matéria.

15. Não se vislumbram reparos às ponderações tecidas pelos Órgãos Instrutórios.

16. O Ofício SEI-GDF nº 1947/2018-SEGETH/GAB e documentos anexos (e-doc C1190486-c) trazem uma síntese das ações inicialmente adotadas para atender os termos da Decisão nº 2.707/17-CPM, entre as quais: identificação dos interessados a quem deveria ser oportunizado o direito ao contraditório e à ampla defesa; localização dos processos listados no Relatório de Auditoria nº 7/2016 e elaboração de plano

---

<sup>2</sup> A Decisão nº 2.707/17-CPM foi reiterada pela Decisão nº 325/18-CPM (e-doc 001A6669-e) e teve o seu prazo de cumprimento dilatado em 120 (cento e vinte) dias, conforme Decisões nºs 1.597/18-CPM e 4.015/18-CPM (e-docs 9DE74FF1-e e ABE51389-e).

<sup>3</sup> A Auditoria realizada na Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – SEGETH teve por objetivo de verificar a legalidade e a regularidade das demonstrações financeiras de seus servidores inativos e pensionistas



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

de trabalho.

17. Já por meio do Ofício SEI-GDF nº 2057/2018-SEGETH/GAB e do anexo Relatório SEI-GDF nº 6/2018-SEGETH/GAB (e-doc B869575B-c), além de informar a conclusão integral dos trabalhos de revisão das aposentadorias e pensões indicadas nos quadros do relatório de auditoria, o Titular da Pasta requer que não lhe seja aplicada a penalidade de multa.

18. Referido expediente registra as dificuldades encontradas para o cumprimento da diligência, que exigiu a adoção do seguinte conjunto de ações:

a) os processos envolvidos na demanda foram analisados individualmente, tendo por orientação as impropriedades apontadas nos quadros do Relatório TCDF nº 7/2016;

b) nos casos de necessidade de alteração dos valores constantes no demonstrativo de Abono Provisório, este foi reemitido com as correções devidas e o último tornado sem efeito;

c) os valores de VPNI de décimos foram revisados de acordo com a Legislação e Decisões atuais pertinentes a matéria;

d) os acertos decorrentes das alterações nos valores dos proventos de aposentadoria ou benefícios de pensão por morte foram apurados dentro do prazo prescricional dos cinco anos anteriores;

e) os aposentados e pensionistas foram cientificados das alterações por meio de carta registrada, com retorno de Aviso de Recebimento - AR, para apresentação de recurso administrativo perante o TCDF, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante Resolução TCDF nº 130/00;

f) anexação dos "ARs" às cartas de ciência e, nos casos daqueles que não retornaram a tempo, inclusão do rastreamento eletrônico de tais documentos;

g) elaboração de despacho padrão, porém com conteúdo particularizado que especifica a análise para as correções;





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

h) encaminhamento dos processos ao IPREV para efetuação das alterações nos contracheques dos aposentados e pensionistas, uma vez que atualmente o setorial possui acesso ao SIGRH apenas para consulta;

i) agrupamento da documentação para envio ao Tribunal para certificação dos ajustes nas situações apontadas, como constante no inciso IV da Decisão TCDF nº 2.707/17.

19. De fato, pode-se perceber que a jurisdicionada envidou esforços para solucionar os impasses, dirimir dúvidas e efetuar as correções demandadas, dando a devida ciência aos interessados a fim de facultá-los o exercício do contraditório e da ampla defesa.

20. Assim, assiste razão aos Pareceres em ter por parcialmente cumprida a Decisão nº 2.707/17-CPM, reiterada pela Decisão nº 325/18-CPM, e ao proporem que se deixe de aplicar multa ao titular da Pasta.

21. Paralelamente, tendo em vista a necessidade de esclarecimentos adicionais e da adoção de medidas remanescentes para o completo saneamento das falhas apuradas, demonstra-se pertinente a nova determinação sugerida pela Unidade Instrutória.

22. Com relação aos requerimentos de servidores aposentados e pensionistas da SEGETH juntados aos autos<sup>4</sup>, em que apresentam seus inconformismos com as providências adotadas, evidencia-se correta a proposta do Corpo Técnico para que se oriente a jurisdicionada no sentido de que tais expedientes devem ser examinados e, se for o caso, levados em consideração pelos setores responsáveis na implementação dos ajustes, cabendo a este Tribunal o posicionamento conclusivo sobre as medidas efetivamente adotadas após a análise dessas manifestações.

23. Da mesma forma, acertada a análise empreendida pelo Corpo Técnico na Informação nº 1/2019-DIFIPE, acerca do expediente protocolado pela pensionista Maria Zenaide Vieira Siqueira (e-doc DCC87408-c), e a sugestão de dispensa do cumprimento das retificações indicadas nos Abonos Provisórios dos Srs. Ciro Voltaire Saldanha de Oliveira (mat. nº 98763-8), Jason Paranhos (mat. nº 98773-5), Sidnei Neri da Mata (mat. nº 99006-X), Vicente de Paulo Lima (mat. nº 99012-4), e Waldemar Pio Teixeira (mat. nº 98733-6), tendo em conta o falecimento desses servidores.

---

<sup>4</sup> E-docs FD52EDA9-c, BA841C24-c, 0A52836D-c e CDBF4D86-c.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

Em face do exposto, em harmonia com os Pareceres, com ajustes redacionais, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento:

a) dos Ofícios SEI-GDF nºs 1947/2018-SEGETH/GAB e 2057/2018-SEGETH/GAB (e-docs C1190486-c e B869575B-c);

b) dos demais documentos juntados aos autos (e-docs FD52EDA9-c, BA841C24-c, 0A52836D-c e CDBF4D86-c e DCC87408-c);

II. tenha por parcialmente cumprido o inciso IV da Decisão nº 2.707/17, reiterado pela Decisão nº 325/18;

III. considere procedentes as justificativas apresentadas pelo Sr. Thiago Teixeira de Andrade (Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação), deixando de aplicarlhe a penalidade de multa alvitrada pela Decisão nº 4.015/18;

IV. dispense o cumprimento das retificações indicadas nos Abonos Provisórios de Ciro Voltaire Saldanha de Oliveira (mat. nº 98763-8), Jason Paranhos (mat. nº 98773-5), Sidnei Neri da Mata (mat. nº 99006- X), Vicente de Paulo Lima (mat. nº 99012-4) e Waldemar Pio Teixeira (mat. nº 98733-6), tendo em conta o falecimento desses servidores;

V. oriente a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH que os eventuais inconformismos e as respectivas razões de defesa em relação às medidas corretivas indicadas, apresentados pelos servidores/pensionistas, no exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, podem ser examinados e, se for o caso, levados em consideração pelos setores responsáveis na implementação das providências saneadoras, cabendo ao Tribunal o posicionamento conclusivo sobre o que for efetivamente feito após a análise dessas manifestações;

VI. determine a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH que, no prazo de 60 (sessenta)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

dias, conjuntamente com o Instituto de Previdência dos Servidores do DF – IPREV, quando for necessário, adote as seguintes providências:

- a) esclareça se foram efetuadas as retificações anteriormente indicadas no Quadro 6 do Relatório de Auditoria, reiteradas no quadro constante do Anexo I, para os interessados elencados, juntando a documentação comprobatória dos ajustes feitos nos processos respectivos e enviando cópia ao Tribunal para verificação ou, se for o caso, apresentar as justificativas para a não regularização indicada;
- b) retifique, observando, quando for o caso, os postulados do contraditório e da ampla defesa, as impropriedades encontradas nos procedimentos adotados para ajustar as parcelas dos Abonos Provisórios/Títulos de Pensão, consoante indicado nos quadros constante do Anexo II;
- c) retifique atentando, quando for o caso, para os postulados do contraditório e da ampla defesa, as impropriedades encontradas nos procedimentos adotados para ajustar as parcelas atuais dos proventos/estipêndios pensionais, referenciados no Quadro 9 do Relatório de Auditoria, consoante indicado no quadro constante do Anexo III.

### VII. autorize:

- a) a remessa de cópia das Informações constantes dos e-docs 0D0F81DB-e e 81F24258-e, bem como deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida:

1) à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH e ao Instituto de Previdência dos Servidores do DF – IPREV, para conhecimento e subsídio ao atendimento das medidas determinadas;

2) às servidoras Ana Cunha Souza (mat. nº 98734-4), Jane Santos Lemes (mat. nº 80055-4), Maria



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

Zenaide Vieira Siqueira (mat. nº 111993-1) e  
Pedrita Maria Braile (mat. nº 98775-1), e/ou seus  
representantes legais, tendo em conta o  
posicionamento pela improcedência de seus  
pleitos, lançado nas referidas instruções  
processuais;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de  
Pessoal para adoção das providências devidas.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2019.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro - Relator**

Distribuição de cópias antecipadas

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

**ANEXO I**

<b>Correções indicadas em parcelas dos Abonos Provisórios</b>				
<b>Mat. nº</b>	<b>Nome</b>	<b>Rubrica</b>	<b>Valor encontrado</b>	<b>Valor correto</b>
19865X	Ana Amélia Cardoso	GDO Lei 3824/2006	952,50	1.269,98
987697	Jaime Pereira da Silva	Proventos Lei nº 580/94	350,87	367,64
		Complemento Sal. Lei nº 804/94	1.644,78	1.724,38
		ATS	715,99	690,37
		GDAT Lei 2775/2001	806,54	845,57
		Incorp. Grat. Emp. 16,66%	361,46	348,53
		VP.Res 18/83 16,66%	361,46	348,53
98860X	Jucélia Souto Silva	Proventos Lei nº 580/94	364,00	367,64
		Complemento Sal. Lei nº 804/94	1.609,17	1.625,26
		ATS	532,75	538,08
		GDAT Lei 2775/2001	764,40	772,04
		Incorp. Grat. Emp. 16,66%	328,73	332,02
		VP.Res 18/83 16,66%	328,73	332,02
216798	Maria Cristina Garcia Gonçalves Pereira	VPNI Lei nº 4584/11-DEC	638,52	471,80
988049	Marta Bastos Lacerda Santos	ATS	635,41	653,41
267767	Nélia Medeiros Brito	ATS	76,92	48,72
98843X	Oriques José Moreira	Proventos	309,40	312,49
		Complemento Sal. Lei nº 804/94	1.161,54	1.173,16
		ATS	411,96	415,98
		GDAT Lei 2775/2001	649,74	656,24
		Incorp. Grat. Emp. 16,66%	245,05	247,51
		VP.Res 18/83 16,66%	245,05	247,51
		PI - LEI 3172/2003	0,00	59,87
989371	Therezinha José dos Santos	VPNI Lei nº 804/94	3.280,58	4.504,82

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

**ANEXO II**

<b>Correções em parcelas dos Abonos Provisórios</b>		
<b>Mat. nº</b>	<b>Nome</b>	<b>Providências</b>
98759X	Aleixo Anderson de Souza Furtado	Corrigir o valor da parcela “Décimos 1004/96” para R\$ 2.153,47
988022	Antonio Afonso Guimarães	Corrigir o valor da parcela “Décimos 1004/96” no abono provisório para R\$ 1.872,26.
987832	Edson Germano de Oliveira	Corrigir o valor da parcela “Décimos 1004/96” no abono provisório para R\$ 1.209,90.
800554	Jane Santos Lemes	Corrigir o valor da parcela “Décimos 1004/96” no abono provisório para R\$ 1.584,72, bem como a discriminação da parcelas para 8/10 DF 11 e 2/10 DF 13.
989673	José Campina Vieira	Fazer constar no Abono Provisório o valor da parcela “Décimos 1004/96” referente a 10/10 FG 12 (R\$ 71,25), atentando para os reflexos no total dos proventos.
987948	José Jorge Lima Teixeira	Corrigir os valores dos décimos incorporados pela Lei nº 1.004/1996 para R\$ 612,52 e pela lei nº 1.141/1996 para R\$ 179,34.
988081	Maria Lúcia Ribeiro Valério dos Santos	Corrigir o valor da parcela de ATS para R\$ 639,30.
990531	Marilene Resende de Menezes	Corrigir o valor da parcela “Décimos - Lei 1.141/1996” no abono provisório para R\$ 204,33.
988359	Milton Pinheiro de Almeida	Justificar a mudança na incorporação dos décimos com base na IN 03/1995 IDHAB para a sistemática prevista na Lei nº 1.004/1996.
989835	Yara Alves Ferreira Abreu	Retificar o valor dos décimos referente aos 8/10 do GEG Assistente para R\$ 126,32.

<b>Correções em parcelas dos Títulos de Pensão</b>			
<b>Mat.</b>	<b>Nome</b>	<b>Instituidor</b>	<b>Providências</b>
1824422	Laryssa Barbosa de Sousa	Milton Inácio de Sousa	Corrigir o valor dos décimos do GEG para R\$ 31,58.
1584529	Loide Madera	Waldemar Pio	Retificar na apuração do valor inicial da

<b>Correções em parcelas dos Títulos de Pensão</b>			
<b>Mat.</b>	<b>Nome</b>	<b>Instituidor</b>	<b>Providências</b>
1824422	Laryssa Barbosa de Sousa	Milton Inácio de Sousa	Corrigir o valor dos décimos do GEG para R\$ 31,58.
1584529	Loide Madera	Waldemar Pio	Retificar na apuração do valor inicial da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

**ANEXO III**

<b>MAT.</b>	<b>NOME</b>	<b>INSTITUIDOR</b>	<b>Providências (Base outubro de 2018)</b>
98759X	Aleixo Anderson de Souza Furtado	Não se aplica	Corrigir o valor do ATS para calculá-lo sobre o vencimento básico integral e a parcela de “VPNI 14584/11-dec” considerando para o CNE 04 o valor de R\$ 744,43, o que resulta no total da vantagem de R\$ 2.875,03.
987638	Ciro Voltaire Saldanha de Oliveira	Não se aplica	Retificar a apuração do valor inicial do benefício da pensionista Zali Martins de Sá Oliveira, mat. nº 16840429, para considerar o valor da VPNI da Lei nº 4.584/2011 como R\$ 2.922,70, atentando para os reflexos no valor do benefício.
988588	Edília Ferreira Miranda	Não se aplica	Corrigir o valor dos décimos relativo a 2/10 GRG Assistente para R\$ 31,58.
987832	Edson Germano de Oliveira	Não se aplica	Alterar o valor da parcela “VPNI Lei nº 804/94 para R\$ 7.459,43.
988146	Genesina Silvania de Jesus	Não se aplica	Corrigir o valor das parcelas “Proventos” para R\$ 3.270,00; “ATS” para R\$ 915,60; e “VPNI Lei nº 4587/11-dec” para R\$ 86,94.
987735	Jason Paranhos	Não se aplica	Retificar na apuração do valor inicial do benefício (CADPVT09) da pensionista Maria do Carmo de Souza Paranhos, mat. nº 16828925, o valor da parcela relativa à VPNI da Lei nº 4584/2011 para R\$ 1.268,85.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 25.580/16-e

987948	José Jorge Lima Teixeira	Não se aplica	Corrigir o valor dos décimos referentes a 2/10 do DF 05 (Lei nº 1.004/1996) para R\$ 186,72 e a 1/10 DF 12 (Lei nº 1.141/1996) para R\$ 179,34.
987883	Leonídio Luiz Medeiros Filho	Não se aplica	Corrigir o valor dos décimos relativos a 2/10 do DF 04 para R\$ 147,20.
1584529	Loide Madera Teixeira	Waldemar Pio Teixeira	Retificar na apuração do valor inicial do benefício (CADPVT09) o valor da parcela referente a décimos incorporados para R\$ 104,70.
989967	Maria Cecília Siqueira Vitorino	Não se aplica	Corrigir o valor da parcela de décimos relativa a 1/10 DF 11 (Lei nº 1.141/1996) para R\$ 154,37.
1692666	Maria de Fátima Nobre Pereira da Silva	Joaquim Pereira da Silva	Retificar o valor atual do benefício para R\$ 9.504,76.
988081	Maria Lúcia Ribeiro Valério dos Santos	Não se aplica	Corrigir o valor dos décimos relativos a 1/10 DF 08 (Lei nº 1.141/1996) para R\$ 102,24.
990531	Marilene Resende de Menezes	Não se aplica	Corrigir a parcela de décimos relativa a 1/10 DF 13 (Lei nº 1.141/1996) para R\$ 204,33.
989215	Shirley do Carmo Costa	Não se aplica	Retificar o valor da VPNI da Lei nº 804/1994 para R\$ 4.564,94.
989827	Vanderli José Carneiro	Não se aplica	Corrigir o valor da parcela incorporada de 1/10 DF 08 pela Lei nº 1.141/1996 para R\$ 102,24.
990124	Vicente de Paulo Lima	Não se aplica	Retificar no cálculo do montante inicial do benefício (CADPVT09) da pensionista Vitória Dias de Oliveira Lima, mat. nº 1679790-6, o valor pertinente ao décimos relativos a 6/10 FG 10 para R\$ 59,86.
989835	Yara Alves Ferreira Abreu	Não se aplica	Corrigir o valor dos décimos referentes a 8/10 GRG Assistente para R\$ 126,32.